



ATA N.º 13/2015

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO DE 2015
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 22 DE JULHO DE 2015

-----No dia 22 de julho de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária de julho, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 28.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO - Plano Intermunicipal e Estratégico Regional Algarve 2014-2020.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 53 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Francisco da Conceição Maria Castelo



Fl. 168v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

PSD	Luís Miguel Machadinho Borges da Silva
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA SESSÃO, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo	1 dia	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	1 dia	Nuno Joel de Jesus Pacheco da Costa
PSD	Nuno Joel de Jesus Pacheco da Costa	1 dia	Maria José Duarte Cruel
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	1 dia	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Maria José Duarte Cruel	1 dia	Luís Miguel Machadinho Borges da Silva



PSD	José Valentim Rosado	1 dia	Francisco da Conceição Maria Castelo
-----	----------------------	-------	---

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
CDU	Luís Carlos Carradinha Reis - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente

-----PONTO ÚNICO - PLANO INTERMUNICIPAL E ESTRATÉGICO REGIONAL ALGARVE 2014-2020: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-562-15.-----

-----O Sr. Secretário Executivo da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, António Eusébio, fez a apresentação do assunto, tendo depois dado a palavra ao Dr. Sérgio Inácio, Técnico Superior da AMAL.-----

-----ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta apresentação, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	21.04

-----O Dr. Sérgio Inácio, da AMAL, fez a sua intervenção com o apoio de uma exibição em PowerPoint, a qual é composta pelos seguintes diapositivos:





Fl. 169v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

APRESENTAÇÃO

O que é?

É uma ferramenta de planeamento do desenvolvimento do Algarve, numa óptica regional e intermunicipal, assente nas prioridades geradas pelo período de programação de fundos estruturais 2014 - 2020.

3

APRESENTAÇÃO

Quem o promove?

A Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, entidade que agrega, representa e promove a concertação dos 16 municípios da região.

4

APRESENTAÇÃO

Porquê a sua elaboração?

- Defesa dos interesses dos municípios no **enquadramento do financiamento** dos projetos municipais e intermunicipais no PO regional, bem como noutros programas.

5

APRESENTAÇÃO

Porquê a sua elaboração?

- Potenciação da **experiência** acumulada na gestão de fundos estruturais:
 - QCA II (1994 – 1999);
 - QCA III (2000 – 2006);
 - QREN (2007 – 2013).

6

APRESENTAÇÃO

Porquê a sua elaboração?

- Modelo de **Governança** dos Fundos Estruturais 2014 – 2020 (RCM N.º 39/2012): Podem exercer funções de gestão entidades públicas, **por delegação de competências das Autoridades de Gestão**.

7

APRESENTAÇÃO

Porquê sua elaboração?

- Pressupostos do **Acordo de Parceria** (RCM N.º 33/2013): As **entidades intermunicipais** como as entidades mais **habilitadas** ao desenvolvimento de planos estratégicos e parcerias territoriais.

8

APRESENTAÇÃO

Porquê a sua elaboração?

- Convite** à apresentação de **candidaturas** no domínio das estratégias territoriais para o ciclo de programação dos fundos estruturais 2014 – 2020 – Programa Valorizar.

9

APRESENTAÇÃO

Para que serve?

- Constituir o referencial estratégico** dos projetos de natureza intermunicipal a promover e a coordenar pela AMAL;
- Enquadrar** o processo de “**contratualização**” a celebrar entre a AMAL e a CCDR Algarve;
- Enquadrar projetos municipais** e intermunicipais a submeter a cofinanciamento de **outros programas**;
- Orientar a ação** do elemento proposto pela ANMP para a Comissão Diretiva do PO Algarve (Presidente da AMAL);
- Apoiar** o(s) representante(s) da AMAL na **Plataforma** de Desenvolvimento do Algarve (órgão consultivo);
- Sustentar** o parecer da CIM sobre as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL).

10



APRESENTAÇÃO

Como foi feito?

- **Contratação de serviços especializados.** Equipa técnica;
- Participação activa dos municípios;
- Auscultação de entidades regionais e locais;
- Diagnóstico estratégico prospectivo – na perspectiva da intervenção intermunicipal (complementar ao da CCDR Alg.);
- Articulação com a CCDR Algarve. Alinhamento com a estratégia regional 2014 – 2020.

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

11

APRESENTAÇÃO

Qual é o resultado?

- Definição de prioridades de investimento e identificação de projectos municipais e intermunicipais susceptíveis de materializarem a estratégia regional 2014 – 2020.

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

12

APRESENTAÇÃO

A quem se destina?

- **AMAL** – referencial de programação para o período 2014 – 2020;
- **Municípios** – referencial para concretizar as suas próprias dinâmicas e projectos;
- **CCDR Algarve** – Pode antecipar através deste documento as tipologias de projectos em curso de gestação, seja na própria AMAL, seja nos municípios algarvios.

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

13

APRESENTAÇÃO

Como foi financiado?

- Candidatura aprovada no Programa Operacional Assistência Técnica FEDER – QREN (2007 – 2013).

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

14

APRESENTAÇÃO

Contexto da sua elaboração

- Início no anterior mandato autárquico (Julho 2013);
- Durante a preparação do período de programação dos fundos estruturais 2014 – 2020;
- No final, objecto de uma adaptação, resultante da resposta por parte da AMAL ao convite para a submissão do reconhecimento da EIDT que suporta o Plano (Novembro 2014).

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

15

APRESENTAÇÃO

Aprovado pelo Conselho Intermunicipal da AMAL

- O Plano foi aprovado, por unanimidade, na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da AMAL, de 9 de Janeiro de 2015.

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

16

APRESENTAÇÃO

Reconhecimento formal

- O Plano contém uma **estratégia** de desenvolvimento territorial que foi sujeita a reconhecimento formal pelo **Governo** (despacho do SEDR de 20.03.2015), após **avaliação** por parte de uma **comissão** composta pela AdC, Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, CCDR Algarve (que incorpora o parecer prévio do Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR Algarve) e Direcção-Geral do Território.

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

17

APRESENTAÇÃO

Estrutura do documento

- **Diagnóstico** estratégico prospectivo;
- **Missão e visão** que suportam a estratégia;
- **Quadro estratégico** – Prioridades estratégicas e objectivos específicos;
- Modelo de **governança**;
- **Plano de acção**.

PLANO DE ENQUADRAMENTO
ALGARVE 2010

18



Fl. 170v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Diagnóstico Prospectivo

- Organizado segundo os **4 níveis temáticos** em que a programação nacional está estruturada:
 - Capital Humano;
 - Competitividade e Internacionalização;
 - Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos;
 - Inclusão Social e Emprego.
- Aos quais se **acrescentaram** mais duas dimensões:
 - Dinâmicas Territoriais e Urbanas;
 - Finanças Municipais.

19

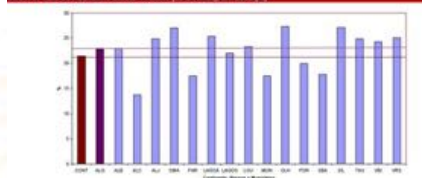
População e Capital Humano

- Região demograficamente dinâmica com capacidade de atracção de população na última década, compensando em muitos concelhos o crescimento natural negativo;
- Região em transição demográfica para o envelhecimento;
- A rede de infraestruturas escolares (básico e secundário) está praticamente concluída, exigindo apenas o fecho da rede;
- Cultura como fator de qualificação: Carência de recursos humanos e competências específicas adequadas às exigências que as estruturas municipais culturais e artísticas colocam.

20

População e Capital Humano

MAPA 9: Taxa de Abandono Escolar Precoce (10-14 anos), em 2011 (%)



21

População e Capital Humano

- Espaço para territorialização do combate ao abandono escolar precoce;
- Idosos isolados: uma preocupação;
- População estrangeira: agentes de dinamização cultural local.

22

Competitividade e Internacionalização

- Indústria transformadora** muito débil e centrada em sectores intensivos em recursos naturais e em mão-de-obra.

23

Competitividade e Internacionalização

- Economia do mar:**
 - Aquicultura: Volume bastante expressivo de produção (35,6% do total da produção nacional (2011));
 - Produção de sal: 96,5% da produção nacional (2012);
 - Pesca: Importante expressão a nível nacional (em 2012, o Algarve contribuiu com cerca de 18% do pescado capturado nos portos nacionais, mas em quebra (menos 10 p.p. do que em 2000));
 - Náutica de recreio: Região com maior capacidade de acolhimento de embarcações (43% do total nacional (2013));
 - Movimentos portuários comerciais (mercadorias e passageiros): Muito fraca relevância no contexto nacional.

24

Competitividade e Internacionalização

- Turismo:**
 - Sector dominante da economia algarvia;
 - Forte associação à construção e ao imobiliário;
 - Região muito exposta internacionalmente;
 - Necessidade de diversificação do produto turístico da região: envolver outros territórios na organização da oferta, procurar articulações com outros sectores específicos da região (cultura, por ex.).

25

Competitividade e Internacionalização

- Cultura e património:**
 - Níveis de emprego no sector cultural e criativo relativamente mais baixos do que noutras zonas do país;
 - Potencial de crescimento com associação ao turismo.

26



Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos

- Cobertura de **abastecimento de água** próximo dos 100%;
- **R.S.U.**: Taxa de reciclagem inferior à média nacional;
- **Energia**: Baixo nível de consumo industrial (cerca de 10% face a 36% de média nacional);
- **Uso do solo**: Elevada percentagem de solo rural face ao solo urbano;
- **Rede Natura 2000**: Todos os concelhos do Algarve possuem áreas classificadas como Rede Natura 2000;
- **3 Áreas protegidas**: Costa Vicentina, Ria Formosa e Sapal de Castro Marim (riqueza biológica).

27

Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos

- **Zonas costeiras**: atractivas, elevada qualidade das praias, mas com forte pressão;
- **Riscos**: elevado n.º de acidentes nas arribas, associados à pesca e ao turismo. Percentagens elevadas de áreas ardidas (gestão do risco).

28

Inclusão Social e Emprego

- Agravamento do **desemprego de longa duração** no período pós-crise de 2008;
- O peso do desemprego jovem no desemprego total tem vindo a diminuir percentualmente, particularmente pós 2008;
- A **desqualificação do desemprego** constitui um fenómeno preocupante;
- RSI: Faro, Loulé, Olhão e Portimão concentram a maior incidência de beneficiários.

29

Dinâmicas territoriais e urbanas

- Nas últimas décadas o **crescimento residencial e turístico** atingiu quase todos os municípios da região, com particular intensidade no litoral;
- Forte peso da **residência secundária** de utilização temporária e sazonal no parque habitacional: 40% do n.º de alojamentos familiares;
- Rede regional de teatros satisfatória. Experiência de programação em rede (Algarve Central).

30

Dinâmicas territoriais e urbanas

GRÁFICO 66: Evolução da nº de habitações em construção novas - 1999-2012 (média 1999-1997 = 100%)



31

Dinâmicas territoriais e urbanas

- Forte correlação entre as dinâmicas do imobiliário e os orçamentos municipais;
- Queda abrupta e generalizada do licenciamento de habitação pós 2007-> profundas consequências na **sustentabilidade das finanças municipais** e na capacidade de financiamento;
- O nível de **endividamento dos municípios** da região é 43% mais elevado do que seria suposto num quadro de endividamento proporcional à dimensão dos orçamentos locais.

32

Principais desafios

- Transformação económica da região:
 - Criação de valor para lá da articulação turismo – construção civil – imobiliário;
 - AMAL – projecto de estímulo e facilitação ao desenvolvimento económico e social da região.

33

Principais desafios

- Preparar os municípios e dotá-los dos recursos técnicos e humanos pertinentes para um novo paradigma e um novo ciclo de projectos municipais:
 - AMAL – projecto inovador no domínio da formação, qualificação e capacitação de competências dos quadros da Administração Local, por via da criação de um centro de formação autárquica.

34



Fl. 171v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

DIAGNÓSTICO

Principais desafios

- Redes infraestruturais básicas de suporte ao modelo turístico:
 - Exigência de programação, financiamento e contratualização com a Administração Central.

35

DIAGNÓSTICO

Principais desafios

- Coesão territorial:
 - Alargar a base territorial da competitividade da economia algarvia: **novos territórios e recursos**.

36

DIAGNÓSTICO

Principais desafios

- Qualificações e competências:
 - Necessidade de criar um sistema regional de definição de prioridades de formação de novas qualificações e competências de acordo com as necessidades regionais.

37

DIAGNÓSTICO

Principais desafios

- Novo modelo de financiamento municipal e escolhas públicas locais:
 - Alteração significativa da estrutura de financiamento municipal;
 - Dinamização de uma nova actividade económica susceptível de gerar indirectamente receitas municipais.

38

DIAGNÓSTICO

Factores críticos de sucesso

- Contrariar atomização institucional - AMAL:
 - Promoção de projectos de âmbito intermunicipal, com cobertura de todo o território e envolvimento de outras entidades;
 - Dinamizar a cooperação intermunicipal entre grupos de municípios (Algarve Central);
 - Prosseguir a sua experiência de contratualização;
 - Coordenar a EIDT com as estratégias DLBC ("combate" à sobreposição).

39

DIAGNÓSTICO

Factores críticos de sucesso

- Reforço da capacidade de engenharia do projecto por parte dos municípios:
 - Novos domínios de investimento elegíveis ao PO regional;
 - Mapeamentos (condicionante prévia ao apoio a equipamentos sociais, incluindo de saúde, infraestruturas escolares, infraestruturas culturais) – prévia aceitação da CE.

40

DIAGNÓSTICO

Factores críticos de sucesso

- Influência vinculativa e integradora da RIS 3 Algarve:
 - Concentração de recursos na inovação, na competitividade e na internacionalização (empresas);
 - Extensão das prioridades da RIS 3 aos territórios que necessitam de novas actividades criadoras de valor económico e distribuição de rendimento nas economias locais.

41

DIAGNÓSTICO

Factores críticos de sucesso

- Capacitar, capacitar, capacitar:
 - Capacitação multinível – chave para a produção de resultados;
 - Condição necessária para que seja possível fazer emergir projectos com capacidade de integração de diferentes instrumentos de política abertos pela programação Algarve 2020.

42



DIAGNÓSTICO

Factores críticos de sucesso

- Organização e apetrechamento da AMAL para responder aos novos desafios de intervenção.

43

MISSÃO E VISÃO

Missão

- Contribuir activamente para a concretização da visão estratégica que inspira a estratégia do PO Algarve 2014 – 2020 e da sua RIS 3:

"Transformar o Algarve 2020, numa região dinâmica, inclusiva e sustentável, capaz de gerar mais e melhores empregos, produzir bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, do potencial socioeconómico regional e de instrumentos de governança partilhada para fortalecer as empresas regionais, ancorada no domínio do Mar e alavancada pelo setor do turismo para estimular a competitividade da economia e a coesão social e territorial."

44

MISSÃO E VISÃO

Visão

- Algarve 2020, uma região:
 - Que transformou a articulação turismo-economia regional, gerando alternativas para o modelo turismo-construção civil-imobiliário;
 - Territorialmente mais coesa e com uma base territorial de competitividade mais distribuída, com pleno aproveitamento dos recursos endógenos;
 - Mais qualificada e capacitada institucional, técnica e organizacionalmente;
 - Reforçando a capacidade de atracção de residentes qualificados;
 - Com financiamento municipal mais sustentável.

45

MISSÃO E VISÃO

Visão

- Com a AMAL:
 - Afirmando-se como VOZ consolidada dos municípios;
 - Com maior capacidade de liderança e coordenação de projectos com cobertura potencial em todo o território;
 - Dinamizando formas de coordenação multinível de um sistema relevante de actores locais;
 - Combatendo a atomização institucional da Região.

46

QUADRO ESTRATÉGICO

Prioridades Estratégicas

- **Diversificação** da base económica da região;
- **Alargamento da base territorial** e de ativos (recursos) para a competitividade;
- **Promoção do desenvolvimento** socio económico de base local como instrumento-chave da **coesão social e territorial**;

47

QUADRO ESTRATÉGICO

Prioridades Estratégicas

- **Valorização da eco-eficiência** da economia de baixo carbono ao nível dos sistemas urbanos e territoriais;
- **Maximização territorial** e ambiental dos recursos provenientes do **Fundo de Coesão**;
- **Capacitação do tecido institucional** e reforço dos modelos de *governance*.

48

QUADRO ESTRATÉGICO

Tipologias de intervenções

- **Diversificação da base económica da região:**
 - Promoção de sinergias entre **empresas** e unidades de investigação para o desenvolvimento de **novos produtos**;
 - Infra estruturas e logística para a promoção e dinamização da **economia do mar**, apoio ao **empreendedorismo** e acolhimento empresarial;
 - Valorização do **potencial endógeno**.

49

QUADRO ESTRATÉGICO

Tipologias de intervenções

- **Alargamento da base territorial e de activos:**
 - Reabilitação de centros urbanos (requalificação, refuncionalização);
 - Promoção da oferta turística (intervenção no património histórico);
 - Qualificação ambiental e paisagística;
 - Valorização dos recursos naturais;
 - Valorização dos recursos e dinâmicas culturais.

50



Fl. 172v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

QUADRO ESTRATÉGICO

Tipologias de intervenções

- **Promoção do desenvolvimento sócio económico:**
 - Animação social e territorial das zonas rurais;
 - Equipamentos escolares e de formação profissional;
 - Combate a fenómenos de exclusão social (acolhimentos para sem abrigo, crianças em risco, empreendedorismo social, ...);
 - Equipamentos e serviços de apoio social e pessoal.

51

QUADRO ESTRATÉGICO

Tipologias de intervenções

- **Eco-eficiência e economia de baixo carbono:**
 - Eficiência energética e utilização de energias renováveis (equipamentos e infra estruturas públicas, iluminação, ...);
 - Incentivo à utilização de modos de mobilidade mais suave.

52

QUADRO ESTRATÉGICO

Tipologias de intervenções

- **Maximização dos recursos do Fundo de Coesão:**
 - Combate às **mudanças climáticas**, preservação e valorização de ecossistemas específicos e da biodiversidade;
 - Prevenção de **riscos naturais**;
 - Qualificação das **redes de abastecimento** de água e de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos.

53

QUADRO ESTRATÉGICO

Tipologias de intervenções

- **Capacitação e governança**
 - **Reforço da capacidade** técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projectos intermunicipais;
 - **Soluções intermunicipais** para novos serviços;
 - **Formação e capacitação** dos trabalhadores da Administração Local.

54

QUADRO ESTRATÉGICO

Formação de parcerias DLBC no território

- **DLBC** - Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) em territórios específicos, concebidas e executadas por comunidades locais (GAL) – FEDER, FSE, FEADER e FEAMP;
- A AMAL não integra as parcerias das DLBC;
- A AMAL emite um parecer sobre a coerência da(s) EDL com a EIDT (Plano Intermunicipal);
- O Plano enuncia critérios gerais de orientação para a formação de parcerias DLBC, de modo a que estas sejam coerentes com a EIDT.

55

QUADRO ESTRATÉGICO

Algarve – DLBC

1.ª Fase de Pré-Qualificação de Candidaturas

- **DLBC Urbano:**
 - GAL Urbano – Faro 2020 – Dinâmico e Social;
 - Silves Cidade 2020;
 - Lagos Cidade 2020;
 - DLBC Urbano Tavira 2020;

56

QUADRO ESTRATÉGICO

Algarve – DLBC

1.ª Fase de Pré-Qualificação de Candidaturas

- **DLBC Rural:**
 - GAL do Interior do Algarve Central;
 - GAL Rural Terras do Baixo Guadiana;
 - ADERE 2020.

57

QUADRO ESTRATÉGICO

Algarve – DLBC

1.ª Fase de Pré-Qualificação de Candidaturas

- **DLBC Costeiro:**
 - GAL Costeiro do Sotavento do Algarve;
 - GAL Pesca do Barlavento do Algarve.

58



QUADRO ESTRATÉGICO

A AMAL e os instrumentos de planeamento

- Liderar e coordenar:
 - Plano de acção de desenvolvimento dos recursos endógenos (em articulação com as DLBC rurais);
 - Plano de mobilidade urbana sustentável;
 - Plano de capacitação / formação da Administração Local.

59

QUADRO ESTRATÉGICO

A AMAL e os instrumentos de planeamento

- Dinamizar (concertação com o âmbito municipal):
 - Planos integrados de regeneração urbana sustentável;
 - Planos de acção de eficiência energética;
 - Plano integrado de intervenção local no âmbito das intervenções junto das comunidades desfavorecidas, urbanas e rurais.

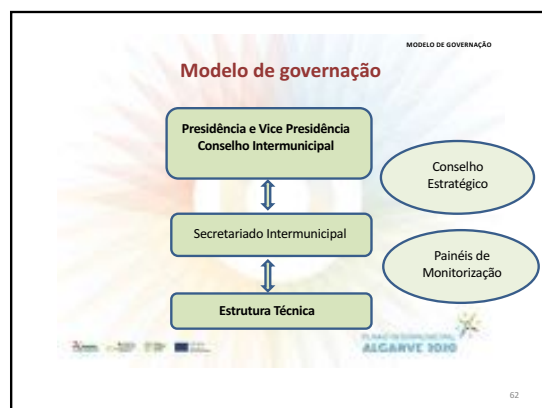
60

QUADRO ESTRATÉGICO

A AMAL e os instrumentos de planeamento

- Ser parceiro (planos sectoriais):
 - Pacto territorial para a empregabilidade do Algarve;
 - Pacto territorial para a formação e emprego;
 - Pacto para a inclusão social.

61



MODELO DE GOVERNAÇÃO

Modelo de Gestão e Organização

- Estrutura técnica:
 - Gestão e acompanhamento de candidaturas municipais inseridas nos domínios temáticos atribuídos pela CCDR Algarve à AMAL;
 - Implementação de projectos de desenvolvimento liderados pela AMAL;
 - Coordenação e dinamização de parcerias de desenvolvimento assumidas pela EIDT;
 - Coordenação dos processos de formação e capacitação submetidos pela AMAL.

63

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Modelo de Gestão e Organização

- Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal:
 - Competências definidas na lei das CIM (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro);
 - Plataforma de articulação regular entre as DLBC (rurais, costeiras e urbanas).

64

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Modelo de Gestão e Organização

- Painéis de monitorização e avaliação de resultados:
 - Grupos de trabalho temáticos, de acordo com as prioridades estratégicas;
 - Constituídos por entidades participantes no Conselho Estratégico e por outras entidades / personalidades;
 - Testemunhar e analisar criticamente os resultados das acções preconizadas pela EIDT.

65

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Acompanhamento, Monitorização e Avaliação

- A EIDT é tributária do sistema de indicadores de resultado e metas que o próprio PO regional define;
- Sistema de indicadores de resultado, e de realização, por prioridades estratégica.

66



Fl. 173v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Acompanhamento, Monitorização e Avaliação

- Missões de acompanhamento físico e reuniões de trabalho com os promotores dos projectos submetidos ao CRESC Algarve 2014 – 2020:
 - Discussão das condições de progressão dos projectos, identificação de constrangimentos, proposta de soluções, ...

ALGARVE 2014-2020

67

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Acompanhamento, Monitorização e Avaliação

- Acompanhamento dos resultados dos processos de capacitação constantes da EIDT:
 - Inquirição aos participantes nos processos de capacitação e avaliações no terreno realizadas aos projectos que beneficiaram de apoios de capacitação.

ALGARVE 2014-2020

68

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Acompanhamento, Monitorização e Avaliação

- Animação e coordenação de painéis de monitorização / avaliação dos resultados da programação no território:
 - De natureza temática;
 - Com cobertura próxima das prioridades da EIDT;
 - Constituídos de entre as instituições que integram o Conselho Estratégico da AMAL e por personalidades com conhecimento aprofundado dos efeitos da programação EIDT e do PO Algarve 2014 – 2020 no território.

ALGARVE 2014-2020

69

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Parcerias e redes

- *Stakeholders:*
 - Universidade do Algarve -> conhecimento científico e microempreendedorismo;
 - In Loco, Terras do Baixo Guadiana, Vicentina -> baixa densidade;
 - Algarve Central -> cooperação intermunicipal de contiguidade;
 - AREAL -> eficiência energética;
 - Mar Algarve -> economia do mar;
 - RTA -> valorização do património natural e cultural (turismo).

ALGARVE 2014-2020

70

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Parcerias e redes

- Plataforma de Desenvolvimento do Algarve:
 - Espaço de concertação da EIDT e das parcerias a mobilizar e a dinamizar para concretizar as prioridades estratégicas definidas pela EIDT.
 - CCDR Algarve (presidente); D.R. Agricultura e Pescas; AMAL; UAIG; Associações empresariais (1); ADL's (1); Associações sindicais (1); IEFEP; Segurança Social.

ALGARVE 2014-2020

71

invest **algarve**

Plano de Acção

ALGARVE 2014-2020

72

invest **algarve**

Modelo de Governação

ALGARVE 2014-2020

73

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Contratualização

- De acordo com o PO Regional não será implementada nenhuma ITI da responsabilidade da CIM Algarve, tendo sido prosseguido um modelo de governação regional que integra a CIM.
- Contudo, é referido o seguinte:
 - "De notar que tal figurino não prejudica a delegação de algumas tarefas ligadas à gestão na Comunidade Intermunicipal, beneficiando da experiência que acumulou ao longo dos anos na gestão, acompanhamento e verificação de documentos de despesa de projectos financiados pelo FEDER." (Programa Operacional do Algarve, pág. 311)

ALGARVE 2014-2020

74



PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção

- Instrumento flexível;
- Referencial orientador para os municípios;
- Parte das prioridades estratégicas definidas na EIDT;
- Associa prioridades de investimento e objectivos específicos do Portugal 2020 e do CRESC Algarve;
- Explicita tipologias de projectos;
- Apresenta exemplos de projectos concretos.

75

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- A – Diversificação da base económica:
 - Pólo regional de inovação;
 - Centro de Desportos Marítimos de Vento;
 - Projecto de valorização e promoção de recursos endógenos;
 - Reabilitação do Mercado da Reforma Agrária;
 - Criação de um Mercado abastecedor;
 - Projecto de estágios em actividades empresariais de valorização dos recursos endógenos.

76

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- B – Alargamento da base territorial e de activos para a competitividade:
 - Reabilitação da cidade de Lagos (Fase 4);
 - Reabilitação do antigo convento;
 - Reabilitação de auditório municipal;
 - Valorização do Centro Cultural de Lagos – Ala para Arte Contemporânea;
 - Recuperação das Muralhas e Baluartes;
 - Reabilitação das vilas rurais;

77

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- B – Alargamento da base territorial e de activos para a competitividade:
 - Intervenção na Fortaleza Ponta da Bandeira;
 - Reabilitação do Pontão Romano de Odiáxere;
 - Qualificação das frentes de mar;
 - Gestão e reordenamento florestal;
 - Rota dos Escravos – Candidatura a património da Humanidade.

78

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- C - Promoção do desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial:
 - Projecto de valorização de produtos locais;
 - Apoio domiciliário integrado.

79

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- D - Valorização da ecoeficiência e da economia de baixo carbono ao nível dos sistemas urbanos e territoriais:
 - Eficiência energética na habitação social;
 - Eficiência energética nos equipamentos e espaços públicos;
 - Ciclovia e vias pedonais;
 - Plano de mobilidade;
 - Centro coordenador de transportes.

80

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- E - Maximização territorial e ambiental dos recursos provenientes do Fundo de Coesão:
 - Projecto de gestão e reordenamento florestal;
 - Implementação de Plano de Risco Sísmico e Tsunami;
 - Renovação e manutenção da rede de esgotos;
 - Sistemas de deposição de r.s.u..

81

PLANO DE ACÇÃO

Plano de acção – Município de Lagos

- F - Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de *governance*:
 - Cidade *wi-fi*;
 - Implementação de sistemas de gestão de qualidade nos serviços municipais.

82



Fl. 174v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 32 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 52 minutos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) começou por agradecer as apresentações feitas e por lamentar o atraso na realização desta Sessão específica, uma vez que esta mesma Sessão tinha sido decidida realizar a tempo de serem dadas sugestões para o documento, sendo que o mesmo já se encontra, presentemente, elaborado. Disse que na elaboração do documento as populações acabaram por ficar afastadas do processo, uma vez que só as Câmara Municipais foram ouvidas, ou seja, não foi um Plano mais participado, facto que lamentou. Referiu que é a própria AMAL que diz que sem este Plano dificilmente os Municípios terão acesso a fundos comunitários e isso prova que o mesmo é demasiado importante para ser tão pouco discutido. Perguntou se a principal fonte de informação para a elaboração do documento, foram os inquéritos feitos aos Municípios. Pelo que foi dito nas apresentações, parece que houve um bom entendimento entre a AMAL e a CCDR Algarve, mas no fundo não lhe parece que esse entendimento fosse assim tão linear, segundo documentação que leu. Disse que a substituição da rede de águas, de esgotos, do saneamento e resíduos sólidos é uma prioridade. Referiu parecer-lhe que a parceria em que Lagos participa estar secundarizada, em detrimento da parceria central do Algarve. Relativamente às bases estratégica, referiu que o turismo continua a ser a principal. Referindo-se aos investimentos sugeridos por Lagos, perguntou quais os que são considerados prioritários para o Algarve e assim terem mais hipóteses de ser financiados pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) felicitou os convidados pelas exposições feitas, apesar das mesmas terem uma apresentação tardia, conforme referido pelo anterior orador. Disse que os cidadãos passam um pouco ao lado deste tipo de planeamento e a prova é a pouca assistência de público que a presente Sessão verificava. Referiu que o diagnóstico feito para o presente Plano estava bem concebido. Disse que o foco destes fundos é o privado. Tendo em atenção os parâmetros de desenvolvimento do Algarve, em relação ao resto do País, perguntou que valores totais cabem ao Algarve. Disse que gostava de saber como a Câmara Municipal ia gerir os seus recursos para apresentar candidaturas a determinados projetos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “Falando de



Fundos Comunitários, falamos de Europa e falamos da União Europeia. E simultaneamente, do euro e dos euros que nos são dados através dos fundos comunitários. Por isso, a TSL permite-se um pequeno preâmbulo político, uma vez que também o documento da AMAL é, por génese, um documento político. E isto obriga-nos a lembrar uma brilhante página sobre o diálogo entre os povos e o seu tipo de relação. Na Europa, somos vinte e oito países, mas há cinco que querem, agora, passar a ser a “avant-garde”, deixando os demais para o pelotão da “arrière-garde”. Por ironia da história, o diálogo que vamos referir é entre delegados da ilha de Melos e da cidade de Atenas e vem descrito no livro V da Guerra do Peloponeso, de Tucídides. Respondem assim os delegados atenienses às justas reivindicações dos mélios: “Acreditamos, sendo aceite o que se pode julgar sobre os deuses e o que se sabe com certeza dos homens, que uns e outros obedecem necessariamente a uma lei da natureza que os leva a dominar os outros, cada vez que eles são os mais fortes. Esta lei não fomos nós que a fizemos e não somos nós os primeiros a aplica-la desde que foi estabelecida. Outros no-la transmitiram e nós obedecemos-lhe, como farão outros que virão depois de nós”. O resultado final foi o massacre de Melos, no dia da sua rendição. “De seguida, quinhentos colonos de Atenas foram enviados para Melos e estabeleceram-se na ilha”, assim acaba o Livro V da “Guerra do Peloponeso”. Sabemos que desde 5 de Maio a 31 de Outubro de 2014 decorreu a consulta pública sobre a Estratégia Europa 2020, como sabemos que em 30 de Junho de 2014 esta AM aprovou uma moção que solicitava a presença da AMAL sobre “a preparação do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional 2020”. A resposta dada a esta solicitação enquadrou-se naquilo que, desde há muito, percebemos: que em Portugal, a burocracia, regional ou central, asfixia o desenvolvimento municipal. Os atuais, e provavelmente, últimos fundos comunitários, são uma espécie de testamento do euro na atual União Europeia. Depois do falhanço coletivo da resolução do problema grego, perante a arrogância intolerada do alemão Schäuble (a Grécia não são os Sudetas) e a premeditada proposta do Sr. Hollande para constituir uma avant-garde europeia com os cinco mais fortes da União (a chacina de Melos), o que é a Europa hoje, a não ser um clube aristocrático – tecnocrata que subverte o espírito e a estratégia de uma União real entre povos, histórica e geograficamente situados num continente e cuja cultura multifacetada contribuiu para o progresso incomensurável do homem moderno? Por isso, para além das opções estratégicas dos fundos 2012 - 2010, o que mais se evidencia é a centralização dos mesmos nos governos nacionais, reduzindo a cinzas a Europa das Regiões, e regressando à velha Europa das nações e aos seus fantasmas de poderio nacionalista, fazendo regredir décadas de coesão e paz internacional. Recordamos, mais uma vez, a agitação das Regiões francesas em relação às opções tomadas relativamente aos fundos comunitários e à sua gestão centralizada. Alguém escrevia que a diplomacia é a guerra feita de outra maneira; nós, hoje, começamos a saber que a guerra tem um novo nome: o império da economia e o exército dos mercados. Em suma e em resumo, estes fundos comunitários soam ao dobrar dos sinos de um período que, para os países mais fortes da União, já não faz sentido. Toda a sua estrutura interna, burocrática e económica assenta na estratégia dos mais-



Fl. 175v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-fortes para o seu futuro na Europa. Acabou-se a era militar, iniciou-se a “era dos extremos”. Falemos agora de Portugal. O governo lá foi concertando os interesses nacionais com o bónus a que tinha direito pelo seu exemplar comportamento com a austeridade. Depois, chamou os súbditos regionais, não eleitos, as CCDDR’s, e levou-as a fazer os seus Planos, integrado com os interesses governamentais. Entretanto, a AMAL, companheira de caminhada neste processo regional, protocolou com a CCDDR uma colaboração, visando “definir uma estratégia de desenvolvimento económico, social e territorial”. Desse protocolo nasceu a EIDT que hoje aqui nos é apresentada. Entre os fatores determinantes da EIDT, a TSL quer só registar o da “definição de um modelo de governação intermunicipal”, que, acidentalmente, a TSL não consegue descortinar em todo o documento. A AMAL aparece, hoje e aqui, a dizer-nos que, além do mérito do esforço feito, o Documento é um conglomerado de hipóteses e que, caso se não concretizem um conjunto de condições, não passa disso mesmo, anexando uma vasta listagem de pretensões dos Municípios, cujos interlocutores foram os Presidentes de Câmara. As decisões públicas da antiga Grécia começavam assim: “Edoxe tê boulê kai tô dêmô...” - “A assembleia e o povo decidem que...”. Mas, nenhum dos planos e projetos dos atuais fundos comunitários teve a participação ou conhecimento da Boulê (assembleia) de Lagos. Em resumo, sobre o Documento da AMAL, a TSL realça o conteúdo da sua folha 111. Está aí tudo o que o Documento é e não é. Em termos estruturais, que não políticos, pois, apesar de não descortinarmos nenhuma proposta para a governação intermunicipal, não podemos deixar de reconhecer o esforço político e técnico da EIDT. Porque, a citada folha 111 começa e acaba na “incerteza”. É na “incerteza” que a AMAL cimenta todo o “Alcance da Ação do Plano”. Nisto, pelo menos, a AMAL dá sinal de uma humildade democrática a que, nos últimos tempos, a Europa nos tem desabitado. Fala em dificuldades sérias, para as quais as Regiões francesas desde logo alertaram, entre as quais, as “dificuldades aos municípios em termos de engenharia de projetos e a sua transformação em candidaturas”. O que nos deixa perplexos, uma vez que sobre as candidaturas, estando já em fase de apresentação, não sabemos quais os esforços feitos para a tal engenharia. Até, porque, confessa a EIDT, “os municípios teriam de realizar um forte investimento no robustecimento técnico dos projetos para o novo período de programação”. Sobre este forte investimento e a sua engenharia, nem a EIDT, nem a CM de Lagos, nada nos dizem. Perante tantas “incertezas”, o Plano de Ação da AMAL é um plano “não rígido nem acabado”, o que aponta para a última incerteza: a de não saber se é um Plano a sério, se um aglomerado de propostas e projetos sem futuro. É verdade que, segundo a EIDT, os “regulamentos de suporte aos diferentes domínios só recentemente foram conhecidos”, o que só acresce à incapacidade centralizadora do governo sobre o futuro destes fundos comunitários. Mas, ainda, recentemente, a CCDDR informou que foram abertos cinco novos concursos do programa Operacional Cresc - Algarve, no domínio da Competitividade e Internacionalização dos Sistemas de Incentivos. Mas, então, está já tudo em ritmo de concursos, ou só em alguns domínios? Porque, segundo o sítio do Cres Algarve 2020 já foram abertos 23 concursos em vários domínios. Esclareçam esta Assembleia, o mais rapidamente possível. Regressando à



EIDT, esta alerta ainda para o facto de que não “podemos ainda ignorar que algumas das candidaturas municipais são tributárias (para lançamento de avisos por parte da CCDR Algarve) dos processos de mapeamento (a submeter à Comissão Europeia), alguns dos quais a AMAL assumiu que seriam realizados sob a sua jurisdição”. Qual jurisdição? A que o governo, ou a CCDR Algarve, lhe irá outorgar? Cândida jurisdição essa... Por isso, a TSL não quer fazer referência ao rol de projetos do PA, que vai da folha 113 à folha 166. A boa ordenação e o bom grafismo da Brochura da AMAL dão-nos, entretanto, uma visão enquadrada dos projetos do PA e da sua localização municipal. Sobre os projetos de Lagos, em próxima sessão ordinária da AM, a TSL questionará a CM sobre a sua opção, a sua viabilidade e sua exequibilidade. Por hoje, ficamos por aqui. Quanto ao futuro dos Fundos Comunitários 2012 – 2020, tanto em Lagos como no Algarve, a TSL não deixará de colaborar com a CM, com a AMAL e com os outros interessados, de modo que obtenham a mais rápida aprovação e retirem deles a melhor eficácia.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por saudar os membros da AMAL presentes na Sessão e agradecer as apresentações feitas. Referiu que esta Sessão foi aprovada pela Assembleia Municipal em setembro de 2014, na sequência da alteração do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que passou a dar poder às Assembleias Municipais no sentido de poderem convocar as Comunidades Intermunicipais para estas, em Sessões da Assembleia Municipal, darem esclarecimentos sobre assuntos da sua competência. Disse que na altura quando foi deliberado convocar a AMAL para uma Sessão da Assembleia Municipal, a ideia era saber o ponto da situação dos trabalhos relacionados com o presente quadro comunitário, sendo que o que está a ser tratado na presente Sessão é da apresentação de um documento já elaborado; não sendo esta a intenção inicial, é sempre bom realizar este tipo de Sessões pois o conhecimento dos Membros da Assembleia Municipal aumenta. Referiu que as vozes levantadas contra a maneira como está a ser gerido o presente quadro comunitário, têm vindo a aumentar, pelo que perguntou qual o posicionamento da AMAL perante esta contestação, que tem como apoiante a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. Disse que a AMAL realça as conversações efetuou, para elaboração do presente Plano, com os Municípios, mas o Município é constituído por dois Órgãos, Câmara e Assembleia Municipal, e a Assembleia Municipal nunca foi tida neste assunto. Acrescentou que também não tem conhecimento deste assunto ter ido a alguma reunião da Câmara Municipal, ou seja, quer a Câmara Municipal como Órgão, quer o próprio Órgão Assembleia Intermunicipal da AMAL, não foram tidos, nem achados, no processo de elaboração do presente Plano.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse concordar com o que foi dito pelo Grupo Municipal da CDU e acrescentou que a Câmara Municipal deveria enviar para a Assembleia Municipal toda a documentação relacionada com a elaboração do Plano em apreciação. Perguntou qual a estratégia para colocar em prática e implementar o Plano apresentado. Disse que Lagos merece ser visto com outros olhos e ter mais valências, nomeadamente as relacionadas com as atividades marítimas. Referiu que o Algarve tem muita e boa mão de obra qualificada, merecendo a mesma uma



Fl. 176v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

oportunidade. Disse que há a necessidade de diversificar a economia do Algarve. Referiu que o Plano apresentado é extramente ambicioso, mas para que o mesmo seja bem sucedido muito trabalho terá que ser feito.-----

-----O Eng. António Eusébio, AMAL, começou por esclarecer que quando foi feito o primeiro convite à AMAL para vir à Assembleia Municipal de Lagos falar sobre o presente Plano o mesmo ainda estava numa fase muito embrionária e sujeito a um elevado número de alterações, ou seja, nada havia para apresentar. Disse que apesar de não parecer, foi desenvolvido um trabalho com as Câmaras Municipais e com os serviços técnicos das mesmas aquando da elaboração do Plano, bem como foram feitas reuniões com associações de desenvolvimento local, direções regionais, entidades empresariais, os responsáveis pelo turismo, etc., ou seja, para a elaboração do Plano foi feita uma auscultação muito grande junto de uma diversidade de atividades. Referiu que muitos projetos não serão financiados pelos fundos estruturais. Lembrou que há uns meses tinha sido feita uma apresentação exaustiva do Plano aos Membros da Assembleia Intermunicipal da AMAL. Disse que este documento é técnico e não estratégico/político, estando só agora, a ser elaborado um documento político, para que possa haver um maior poder de reivindicação junto do Governo Central, no sentido de trazer mais verbas para o Algarve. Referiu que os Municípios têm que criar metodologias que tornem a sua contabilidade mais sustentada, pelo que devem procurar todo os tipos de fundos que lhes são colocados à disposição.-----

-----O Dr. Sérgio Inácio, AMAL, disse que o Algarve central, aparece mencionado com exemplos. Referiu que os técnicos da AMAL acompanham as questões relacionadas com fundos comunitários, desde que esta área está ligada à AMAL e isso é uma mais valia que não deve ser perdida. Disse que o Algarve tem uma plataforma de desenvolvimento o que coloca a região à parte das outras do País, não entrando nas questões levantadas pela ANMP. Informou que o sitio da internet da AMAL tem todo o processo de construção do Plano apresentado, pelo que pode o mesmo dissipar algumas dúvidas que possam surgir.-----

-----O Eng. António Eusébio, AMAL, relativamente às candidaturas para o Algarve Central, disse que as mesmas resultaram de uma candidatura feita a nível do País, tendo sido uma boa experiência. Acrescentou que como esta candidatura tinha sido aprovada e bastante benéfica, a própria AMAL lançou uma candidatura idêntica para os restantes Municípios do Algarve.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou se a conclusão a que se pode chegar, depois de ser conhecido o Plano, é de que o mesmo é mais técnico do que político.-----

-----O Dr. Sérgio Inácio, AMAL, disse que na sua opinião o documento tem as duas componentes, a técnica e a política.-----

-----O Eng. António Eusébio, AMAL, disse ser da opinião de que o Plano é mais técnico, mas tem a componente política porque foram os Municípios a indicar projetos para o Plano.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL), uma vez que este Plano acaba por envolver a AMAL e a CCDR Algarve, perguntou que parte do Plano competia à AMAL. Disse



que estes fundos comunitários são mais rigorosos que os anteriores e levanta alguns problemas aos Municípios pelo que perguntou que garantias pode a AMAL dar aos Municípios no sentido de os mesmos conseguirem os fundos comunitários.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o Algarve é uma região que está colocado num plano de desenvolvimento superior às restantes regiões do País, e por isso terá direito a menos verbas. Referiu que o setor industrial, parece-lhe um pouco esquecido no Plano apresentado e tal não se devia verificar, pois devia-se ter em conta as antigas indústrias existentes no Algarve e mesmo nas novas tecnologias.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o convite da Assembleia Municipal, não é um simples convite, tratou-se de uma disposição legal, que é a de a Assembleia Municipal poder convocar o Secretariado Executivo da AMAL para prestar esclarecimentos às Assembleias Municipais. Referiu que o Órgão Assembleia Intermunicipal, como tal, não foi convocado para se pronunciar sobre o Plano apresentado, foram os Membros do mesmo convidados para uma apresentação do documento durante o horário de expediente, sendo que muitos Membros não tiveram possibilidade de aceitar o convite.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) sobre a rede do Algarve Central, disse que a mesma funcionou muito bem e por isso a AMAL, que está bem servida de técnicos que trabalham com fundos comunitários, fez duas candidaturas a nível da modernização administrativa, sendo que o receio é que com a diminuição de fundos, se verifique uma espécie de concorrência e que o Município de Lagos, como não está englobado nessa parceria, possa sair prejudicado. Voltou a perguntar quais os investimentos, que Lagos sugeriu para o Plano, que são uma prioridade, ou seja, quais são aqueles que a AMAL pensa que têm reais hipóteses de serem financiados.-----

-----O Dr. Sérgio Inácio, AMAL, disse que os projetos que estão no exercício dos mapeamentos, à partida, têm reais possibilidades de serem financiados, no entanto nada é garantido.-----

-----O Eng. António Eusébio, AMAL, disse que a AMAL tenta ajudar os Municípios gerindo, de uma forma global, a candidatura para a modernização administrativa. Referiu que daqui a poucos anos vai haver dinheiros que não foram gastos e a própria CCDR terá que refazer algumas regras. Disse que toda a componente privada não está refletida no documento, uma vez que o mesmo está voltado para o investimento público e, essencialmente, para os Municípios. Confirmou que os Membros da Assembleia Intermunicipal tinham sido convidados e não convocados para se inteirarem da elaboração do Plano. Disse que quando foi contactado para vir a Lagos, ainda no ano passado, tinha ficado com a ideia de que seria para apresentar o Plano, só que na altura o Plano estava na fase embrionária e por isso solicitou que a apresentação fosse feita mais tarde.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 13 minutos, da madrugada do dia 23 de julho, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu



Fl. 177v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....
